

Relatório Técnico - “Séries de Novos Indicadores Sistema PED, para Subsidiar a Formulação e Monitoramento de Políticas Públicas”

Meta D. Desenvolver novos indicadores de apoio às políticas públicas

D1. Ampliação da capacidade de produção de indicadores e utilização dos já levantados pela PED para a formulação e monitoramento de políticas públicas

D1. 1 Constituir e disponibilizar as séries dos novos indicadores Sistema PED, para subsidiar a formulação e monitoramento de políticas públicas

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2010

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Souza do Nascimento

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-62641
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

Tadeu Morais de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Coordenação do projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Coordenador do Sistema PED

Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Lucia dos Santos Garcia – Assessora da Coordenação do Sistema PED

Joana Cabete Biava – Apoio técnico

Equipe Regional PED's¹**Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Ana Flávia Machado

Fundação SEADE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEES

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. INTRODUÇÃO	07
2. DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA BASE DE DADOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO	10
3. NOVOS INDICADORES DOS TEMAS SELECIONADOS	13
3.1 Segmentos vulneráveis	13
3.2 Renda	16

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta o desenvolvimento de novos indicadores da inserção produtiva e renda de importantes segmentos da população metropolitana, acompanhado do processamento das séries destes indicadores e de planos de sua regular divulgação pelo Sistema PED. A disponibilização destas séries concretizam as ações realizadas sob a coordenação do DIEESE, entre os meses de novembro de 2008 e novembro de 2009, em conformidade com o previsto no objetivo específico D do Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos”, no âmbito do CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT N° 092/2007 e Termos Aditivos.

A meta D tem como objetivo explorar as bases de dados das PEDs para a construção de novos indicadores, ou também a combinação com outras bases, da construção de novos recortes analíticos com as atuais bases de dados, da inclusão de novas perguntas no questionário básico da PED e/ou da incorporação de um questionário suplementar. Com isto, é possível a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, baseadas em informações objetivas do mercado de trabalho metropolitano. Entre 2008 e 2009, as atividades desta meta envolveram:

1. Ampliação da capacidade de produção de indicadores e utilização dos já levantados pela PED para a formulação e monitoramento de políticas públicas,
2. Geração de novas informações PED para subsidiar avaliação de políticas públicas.
3. Desenvolver metodologia de elaboração e de análise ocupacional (Mapa de Projeção Ocupacional)

Este relatório descreve o processo de construção de indicadores relativos à ação 1.1 desta meta, que prevê **“Constituir e disponibilizar as séries dos novos indicadores Sistema PED, para subsidiar a formulação e monitoramento de políticas públicas”**. O relatório traz anexo o CD com as séries dos indicadores selecionados para os anos de 1998 a 2008, gerados em todas as regiões em que se realiza a PED, com exceção de Fortaleza, recém incorporada. Além disso, os indicadores são disponibilizados ao público por meio do site do DIEESE.

1. INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é uma investigação realizada mensalmente, de modo contínuo, em domicílios de áreas urbanas para captar informações sobre a inserção no mercado de trabalho de toda a população em idade de trabalhar (PIA).

Os resultados da PED são divulgados todo mês, em cada uma das regiões, por meio de um boletim informativo que atende ao objetivo principal da pesquisa de realizar o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho regional e indicar suas principais tendências. Este informativo apresenta um texto base contendo a análise dos principais indicadores como desemprego, ocupação e rendimentos. Por meio de boletim impresso ou eletrônico, as séries de uma ampla gama dos principais indicadores do mercado de trabalho são publicadas com o propósito de proporcionar um acompanhamento mais completo da evolução do mercado de trabalho. Desta forma, são apresentados alguns indicadores como a taxa de participação e de desemprego total desagregadas por tipo de desemprego segundo faixa etária, sexo, posição no domicílio, experiência anterior de trabalho, estimativa do contingente ocupado e índice de ocupação por setor, ramos de atividade e formas de contratação. Ainda, são divulgadas as séries relativas ao rendimento médio real dos ocupados e assalariados e horas trabalhadas discriminados por setor de atividade, rendimento médio real segundo quartis de renda e índice de massa de rendimento real para ocupados e assalariados.

A cada início de ano, as regiões produzem uma análise do desempenho anual do mercado de trabalho, considerando as principais mudanças ocorridas no período e a evolução do mercado de trabalho ao longo do tempo. Também com periodicidade anual, são produzidos pelas equipes regionais, estudos especiais enfocando temas de interesse para a comunidade local ou consagrados em determinadas épocas do ano, como a descrição do perfil de segmentos específicos da população no mercado de trabalho - mulheres, negros, juventude, etc.

Desde a sua criação, a PED procurou inovar e sua continuidade representa um esforço de democratização da produção de dados e indicadores socioeconômicos. A pesquisa não significa apenas uma fonte de dados alternativa aos indicadores produzidos pelo governo (Pesquisa Mensal de Emprego, produzida pelo IBGE), mas introduz uma nova maneira de olhar o mercado de trabalho, mais acurada e precisa, através da utilização de conceitos mais flexíveis para identificar o desemprego, ocupação e inatividade, bem como maior diversidade dos aspectos investigados com relação às características dos postos de trabalho gerados.

A abordagem convencional da ocupação e do desemprego não é capaz de distinguir as diferenças existentes entre as situações combinadas de exercício de trabalho irregular e descontínuo concomitante à procura por trabalho e à busca de um novo posto enquanto se está trabalhando. Da mesma forma, não pode diferenciar o exercício de trabalho com apenas disponibilidade eventual de trabalhar ou a disponibilidade para ocupar um posto de trabalho embora o indivíduo não tenha, no período de referência, procurado trabalho.

Tal classificação desconhece a realidade social de mercados de trabalho desestruturados e heterogêneos, nos quais parcela importante de trabalhadores é impelida, pela falta de condições de sobrevivência (em razão dos baixos rendimentos e da ausência de políticas de proteção social), a exercer qualquer atividade que lhe proporcione algum rendimento enquanto procura um posto de trabalho. Da mesma forma, desconhece a realidade dos trabalhadores autônomos ou por conta própria (tratando-os com empresas ou negócios) e desconsidera as suas possíveis situações de desemprego, como é o caso daqueles que, estando sem trabalho, procuram por serviços/clientes. Nestas condições, na visão tradicional, o trabalhador por conta própria não será nunca classificado como desempregado ou desocupado por mais freqüente ou prolongada que seja esta sua situação.

Desta forma, a principal inovação da metodologia desenvolvida pela parceria entre o DIEESE e a Fundação SEADE são as definições das categorias de condição de atividade da população e a investigação de aspectos específicos da ocupação, inatividade e desemprego. Esta visão diferenciada decorre da compreensão do caráter heterogêneo e diferenciado do mercado de trabalho brasileiro e da preocupação de observá-lo desde suas dimensões sociais e econômicas.

Além dos indicadores tradicionais de mercado de trabalho como setor de atividade, ocupação, entre outros, os dados da PED possibilitam construir outros, como os que mensuram o chamado subemprego, seja referido à subutilização da força de trabalho quanto à sub-remuneração e/ou baixa produtividade do posto de trabalho; os que identificam novas formas de contratação da mão de obra pelas empresas e, ainda, realizar uma caracterização mais detalhada do trabalhador autônomo e do trabalho nas micro e pequenas empresas.

Por ser uma pesquisa domiciliar, a base da PED permite a agregação de dados individuais segundo uma ampla variedade de critérios. Pode, portanto, trazer informações sobre a força de trabalho considerando diversas situações, como, por exemplo, os arranjos familiares, que podem ser diferenciados por nível de renda, grau de instrução ou outros atributos pessoais como sexo, idade e

cor de seus membros. São informações preciosas quando se pretende analisar o mercado de trabalho de uma perspectiva socioeconômica e gerar subsídios para a definição de políticas sociais.

Por fim, a PED é uma pesquisa que se realiza sob a forma de parcerias entre organizações da sociedade civil e governos locais, com uma forma de execução descentralizada num sistema integrado de pesquisa, consolidado no Sistema PED, que confere liberdade de captar fenômenos regionais, sem perder, entretanto, o poder de comparabilidade dos dados entre as regiões.

O Sistema PED abriga hoje sete pesquisas realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, que foram gradativamente implantadas entre 1984 e 2008. Por adotarem a mesma metodologia e procedimentos operacionais, geram séries estatísticas comparáveis e passíveis de integração. A operacionalização deste modelo foi viabilizada por uma arquitetura institucional que conta com três pilares básicos – uma instituição regional responsável pela execução cotidiana da Pesquisa; a parceria DIEESE-SEADE encarregada da supervisão, coordenação e assistência técnica às equipes regionais; e, o Ministério do Trabalho e Emprego, operando a articulação das PEDs ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, através dos Convênios SINE e, posteriormente, Convênios Únicos.

Moldado ao longo da década de noventa, este Sistema se consagrou como um complexo descentralizado de produção de informações primárias em um cenário que reuniu: crise no mercado de trabalho; redefinição dos limites patrimoniais e orçamentários de Estado; e a própria construção do Sistema Público de Emprego. Essa configuração torna a PED um instrumento essencial para os governos estaduais, municipais e federal na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

O desenvolvimento das atividades realizadas para explorar a base de dados da PED com vistas a sistematizar e ampliar a gama de indicadores de mercado de trabalho para subsídio de políticas públicas está descrito neste relatório. Após o longo esforço feito para agregar, no plano de trabalho 2007-2008, o conjunto de entidades parceiras para a construção e disponibilização de indicadores, em 2009 foram processadas as séries indicadas.

Na primeira parte, estão descritas as ações e os espaços criados para a discussão e validação dos indicadores. Na segunda, faz-se uma breve descrição dos novos indicadores.

2. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES PARA POLITICAS PÚBLICAS A PARTIR DA BASE DE DADOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

No final de 2005, por meio da gradual estabilidade do fluxo de recursos para execução das PEDs, associada ao financiamento específico para o aperfeiçoamento do Sistema PED, pode-se avançar de forma expressiva no campo da inovação metodológica da pesquisa.

Por meio do Convênio 098/2005 - SPPE/MTE/CODEFAT e seu Aditivo foi possível a definição do escopo e operacionalização dos instrumentos de coleta aplicados nas regiões formadas pelo município de Caruaru e seu entorno e no Aglomerado Urbano Sul, área nucleada pelas cidades de Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Em 2008, a continuidade destas iniciativas foi garantida através de duas ações previstas no Convênio 092/2007 - SPPE/MTE/CODEFAT: A realização da Pesquisa Suplementar Sistema PED – Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, aplicada nas seis áreas metropolitanas investigadas pela PED entre maio e outubro de 2008, e o desenho metodológico de uma Pesquisa específica para Centros Urbanos do Interior, representados por pólos urbanos com população igual ou superior 300 mil habitantes.

A possibilidade de realizar testes metodológicos e desenhos de propostas inovadoras no campo da pesquisa requisita o esforço de elaboração técnica e de estratégia de execução em igual medida.

Sobretudo, estes convênios têm possibilitado o fortalecimento da coordenação técnica e da articulação institucional do Sistema PED. O que permite formalizar o espaço de diálogo entre o MTE, os gestores da política pública de emprego e as instituições executoras regionais e constituir a base para a discussão e estabelecimento das diretrizes do Sistema PED. Também garantem a realização periódica de oficinas entre técnicos representantes das instituições executoras, permitem a proposição do novo formato de divulgação dos resultados mensais da Pesquisa, a construção de indicadores do mercado de trabalho metropolitano e a disponibilização de seus microdados, entre outros. Deste modo, a persistência de investimentos que aprofundem esta articulação, não apenas se justifica pela natureza descentralizada e inovadora do Sistema PED, mas pelo alcance dos resultados obtidos em curto prazo.

Como resultado deste esforço, houve ampliação do número de indicadores regularmente divulgados pelo Sistema, bem como do de usuários das bases do Sistema entre conhecidos

pesquisadores brasileiros da economia e sociologia do trabalho, uma vez que se estabeleceu a organização e distribuição dos microdados PED.

Para acelerar as possibilidades de avanços metodológicos da PED e a incorporação dessas inovações no cotidiano do Sistema, em 2007/2008 foram previstas atividades específicas de reflexão e diálogo técnico-institucional com as equipes regionais PED e com os técnicos do MTE, quando foram levantadas demandas de incorporação e aperfeiçoamento temático para o Sistema PED.

Na ocasião, três momentos de discussão foram criados para o debate de novos indicadores: a oficina de novos indicadores, as oficinas regionais e a Conferência Metodológica. Na primeira, foi iniciada a discussão interna para a construção de indicadores de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, baseadas em informações objetivas do mercado de trabalho metropolitano, a partir das bases de dados das PEDs (construção de novos indicadores) e da combinação com outras bases. Já nas oficinas regionais, trabalhou-se no sentido da identificação da necessidade de avanço na produção de indicadores da pesquisa, a partir da base atual de dados e dos temas a serem incorporados ou aperfeiçoados pela investigação PED.

O resultado desse processo foi a consolidação de um quadro

QUADRO 1 -

Temas selecionados para geração de novos indicadores e análises pelas PEDs

Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador
Análise Setorial	Desempenho do MT	Renda e Distribuição de Renda	Informalidade	Mulher
Renda e Distribuição de Renda	Trabalho Infantil	Juventude	Análise Setorial	Inatividade
Juventude	Escolaridade	Análise Setorial	Migração	Renda e Distribuição de Renda
Contratação Temporária	Mulher	Mulher	Juventude	Cor

Por fim, a partir da definição destes indicadores e temas nas regiões, foram apreciados e validados por todos os parceiros na Conferência Metodológica, em outubro de 2008. A Conferência Metodológica traçou as diretrizes para o futuro, que se materializaram por meio de ações no plano de trabalho do Terceiro Aditivo do CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT N° 092/2007, e que foram executadas no plano de trabalho 2008/2009 para continuar explorando a base atual de dados com novos indicadores:

- Elaborar estudo comparativo sobre a informalidade nos mercados de trabalho metropolitanos com vistas a avançar nos indicadores de captação da informalidade
- Elaborar Boletim PED setorial, avançando na exploração de dados de setor e ramo de atividades.
- Constituir as séries de novos indicadores do Sistema PED para serem disponibilizadas em meio eletrônico.

Em 2009, paralelamente ao processamento das séries dos indicadores definidos nos processos de discussão anteriormente descritos, foram realizadas novas reuniões com os técnicos do DIEESE que trabalham na PED, no Núcleo de Produção de Informações e nos Observatórios do Trabalho. O objetivo desses encontros foi analisar os indicadores já processados e indicar outros, a partir das experiências que estes técnicos vinham tendo em suas atividades de assessoria aos governos locais, produzindo informações para subsidiar o monitoramento e formulação de políticas públicas de mercado de trabalho.

Destes encontros, foi levantada a necessidade de se investir ainda mais na caracterização da renda, e acrescentar a essa análise o foco na pobreza. Nesse sentido, foram propostos outros indicadores, como o percentual da massa apropriada por decil e o perfil das famílias dos 25 % mais pobres.

3. NOVOS INDICADORES E TEMAS SELECIONADOS

Os espaços de articulação com a equipe parceira e com gestores de políticas públicas – oficina de novos indicadores, oficinas regionais e Conferência Metodológica - indicaram dois temas importantes para acompanhamento do mercado de trabalho e para a formulação de políticas públicas, que foram selecionados para a elaboração de indicadores para políticas públicas:

- **Segmentos vulneráveis no mercado de trabalho** - mulheres, os jovens e os negros,
- **Renda**, a partir de duas grandes dimensões: salário mínimo e rendimento familiar

Todos os indicadores abaixo propostos seguem em meio eletrônico (CD ROM) anexo a este relatório e no site do DIEESE. Estes tiveram as séries históricas processadas para todas as regiões onde se realiza a PED até 2008 (o início varia para cada região, sendo a da região metropolitana de São Paulo, que inicia em 1985, a série mais extensa).

3.1 SEGMENTOS VULNERÁVEIS

Há muito se percebeu que determinados segmentos populacionais enfrentam maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Às mulheres, aos negros e aos jovens não são oferecidas as mesmas oportunidades, sejam elas de inserção, remuneração, ascensão profissional ou qualidade do trabalho. Vários estudos denunciam a situação de maior precariedade destes, frente aos demais trabalhadores brasileiros, que se traduz na maior taxa de desemprego, inserção mais vulnerável e menores rendimentos.

No caso dos jovens, destaca-se a intensidade com que se manifesta o fenômeno do desemprego. A questão do emprego e sua qualidade, associada à exclusão de parcela importante dos jovens do sistema educacional, tem preocupado os gestores de políticas públicas que buscam entender e intervir sobre tal realidade e o tema tem adquirido importância crescente nas sociedades do mundo inteiro.

O conhecimento da estrutura da ocupação e do desemprego dos jovens, bem como o reconhecimento das diferenças internas a este grupo são essenciais para a elaboração de políticas voltadas para atender às demandas específicas deste contingente populacional, com características e necessidades bastante heterogêneas conforme o grupo etário analisado.

Já a população negra, composta de negros e pardos, de presença marcante no Brasil (cerca de 45% da população brasileira – segundo os dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE) é alvo de grande discriminação. No mercado de trabalho, essa segregação se expressa com clareza, através dos indicadores desfavoráveis de emprego, rendimento e qualidade da ocupação. A dificuldade de acesso a educação e a maior incidência da pobreza são fatores objetivos que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores e, no caso do Brasil, colocam os negros em desvantagem em relação aos não-negros.

A baixa representatividade de negros nas escolas e universidades brasileiras evidencia a dificuldade de acesso e de permanência desta população nos bancos escolares. A educação tem papel não apenas na melhora da inserção no mercado de trabalho, mas também na formação dos cidadãos. No entanto, mesmo aqueles com maior escolaridade encontram forte componente discriminatório que dificulta a inserção no mercado de trabalho e a ascensão profissional dos negros e faz com que a remuneração recebida por eles seja inferior à dos não-negros. Conhecer essa realidade ajuda na formulação tanto de políticas específicas – caso das cotas – quanto na de políticas universais.

As mulheres protagonizaram grandes mudanças no mercado de trabalho e na sociedade. Observou-se ao longo das décadas de 80 e 90 a maior presença de mulheres no mercado de trabalho e também a mudança do papel feminino na família, com aumento da presença de famílias chefiadas por mulheres, seja pela troca de papéis com o homem, seja na atitude feminina de construir uma família, por vezes numerosa, sem a presença masculina como parceiro.

Embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha se intensificado, ainda se caracteriza pela desigualdade de oportunidades. As taxas de desemprego femininas superam, sistematicamente, as obtidas entre os homens; quando ocupadas, têm menores possibilidades de ascensão profissional e seu rendimento é, em média, inferior ao masculino. As dificuldades vivenciadas no mercado de trabalho se reproduzem na qualidade de vida das famílias quando se verifica que, dentre as famílias de baixa renda, há uma maior presença na mulher na chefia de família.

Diante das dificuldades enfrentadas tanto por mulheres, jovens e negros, é que a busca da equidade de oportunidade e de remuneração passou a direcionar a ação de todas as políticas públicas. Vários diagnósticos apontam a discriminação e a desigualdade como responsáveis pela pobreza e a desigualdade de renda existente no país.

Recentemente, gestores de políticas públicas passaram a aceitar a existência da desigualdade vivenciada por estes segmentos e têm agido no sentido de garantir a efetiva incorporação da transversalidade de gênero, raça e etnia nas políticas públicas. Especificamente no caso do mercado de trabalho, melhorar o acesso ao emprego e garantir a igualdade de oportunidades podem ajudar a diminuir a pobreza.

A proposta de indicadores de mercado de trabalho comuns a todos os segmentos vulneráveis e gerados a partir da base de dados do Sistema PED, delineada em 2008 e complementada em 2009, está listada abaixo. Todos os indicadores têm cortes por sexo, para retratar a condição das mulheres no mercado de trabalho; idade, no caso dos jovens; e cor e sexo, para a população negra, entendendo-se que a condição da mulher negra é duplamente desfavorável, tanto por ser mulher quanto por ser negra. São os indicadores:

- Taxa de desemprego total
- Taxa de participação
- Distribuição dos ocupados em postos de trabalhos gerados por empresas por segundo forma de contratação
- Rendimento médio real dos ocupados
- Jornada média semanal dos ocupados
- Rendimento médio real hora dos ocupados

Estes indicadores fornecem a inserção e a dificuldade vivenciada por cada segmento, mas não se esgotam em si. A dura realidade vivenciada por cada segmento indica que sofrem discriminações diferenciadas. No caso das mulheres, é nítida a dificuldade de ascensão profissional e de acesso a cargos de direção. No caso dos negros, o *gap* de escolaridade coloca esta população em desvantagem no mercado de trabalho, mas não explica o diferencial de renda no caso daqueles com maior escolaridade. Para os jovens, a renda familiar é um indicativo de maior ou menor chance de uma boa inserção no mundo do trabalho.

Assim, é preciso avançar por meio de mais debate da geração de indicadores específicos dentro do Sistema PED, para cada um dos segmentos, de forma a retratar de maneira mais fiel os problemas enfrentados no mercado de trabalho.

3.2 RENDA

A renda ou rendimento é o valor recebido como remuneração de uma atividade produtiva ou não. O acompanhamento da evolução dos rendimentos pagos aos trabalhadores constitui tema de central interesse da sociedade em geral e de gestores públicos em função de seus impactos, seja sobre o bem-estar dos indivíduos e das famílias, seja sobre a dinâmica econômica ou sobre a arrecadação tributária.

No Brasil, a remuneração pelo trabalho é uma dimensão importante do mercado de trabalho e na vida das famílias e representa a maior parcela da renda domiciliar per capita. Também é a renda do trabalho o tipo que mais contribui para a redução do grau de desigualdade de renda de toda sociedade.

O mercado de trabalho do país se caracteriza por baixos rendimentos e grande dispersão de salários recebidos, ou seja, a diferença entre o maior e o menor salário recebidos é grande, indicando a heterogeneidade do mercado de trabalho. Estas diferenças se explicam também pelas diferentes modalidades de inserção ocupacional e seus níveis e formas de remuneração profundamente desiguais; pela utilização, ao mesmo tempo habitual e flexível, por parte das empresas, do expediente da jornada extraordinária; pelo ritmo acelerado de contratações e demissões de trabalhadores em boa parte das empresas; pela concessão de benefícios remuneratórios segundo atributos do trabalhador; pela concessão de benefícios e abonos em valor não monetário ou em valor fixo não proporcional ao salário; e pela abertura e fechamento de empresas. Soma-se a isso a difusão e aprofundamento do processo de flexibilização da remuneração e da contratação, que tende, especialmente no tocante à remuneração, à individualização. Todos esses elementos colocam o desafio de se mensurar a renda do trabalho.

Os indicadores de mercado de trabalho espelham a extrema desigualdade social existente na sociedade brasileira, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria. A existência de dificuldades de inserção de determinados segmentos no mercado de trabalho é uma das explicações à pobreza e à desigualdade social do país. Isto se explica por ser o trabalho um dos principais meios para que o indivíduo e sua família possam alcançar novas oportunidades de renda e de vida. A existência de barreiras a alguns grupos, tanto no acesso como nas oportunidades e na remuneração, impede a melhora das condições de vidas destes grupos, reproduzindo a condição de origem.

Para a elaboração dos indicadores de renda, seguiu-se a orientação dada nas oficinas e na conferência e dividiu-se em duas dimensões: salário mínimo e renda familiar.

a. Salário Mínimo

É inegável a importância do salário mínimo para o Brasil. Cerca de 50 milhões de trabalhadores - empregados e beneficiários da Previdência Social – têm a renda em torno do valor do piso nacional.

Também para categorias organizadas em sindicatos, que estabelecem seus pisos salariais em negociações coletivas de trabalho, o salário mínimo é uma importante referência para a determinação deste valor. Uma análise dos pisos salariais negociados em mais de 158 acordos e convenções coletivas firmados em 2004, que abrangem categorias profissionais da indústria, do comércio e dos serviços em nível nacional, revela que mais da metade dos pisos negociados situa-se entre 1 e 1,5 salário mínimo. Na faixa compreendida entre 1 e 2 salários mínimos, estão contidas cerca de 80% dessas informações.

A importância do salário mínimo como indicador de renda para a economia se expressa na influência que este exerce sobre os demais rendimentos de menor remuneração:

- **efeito farol**, que consiste na associação de remunerações fora do setor formal à evolução do salário mínimo;
- **efeito arrasto**, que corresponde ao reajuste dos salários situados entre o velho e o novo valor do salário mínimo;
- **o efeito numerário**, que se observa quando existe uma vinculação – formal ou informal – de remunerações superiores ao valor do salário mínimo.

Os indicadores básicos de salário mínimo elaborados a partir da base de dados da PED visam fornecer o perfil do trabalhador que ganha este piso ou um valor próximo a ele. São eles:

- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo e classes de salário mínimo

- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo faixa etária e classes de salário mínimo
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo posição na família e classes de salário mínimo
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo cor e classes de salário mínimo
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo escolaridade e classes de salário mínimo
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo contribuição à Previdência Social segundo classes de salário mínimo.
- Distribuição dos ocupados no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e classes de salário mínimo

b. Renda Familiar

A persistência e a gravidade dos problemas sociais vivenciados na sociedade brasileira têm demandado um esforço crescente em conhecer e diagnosticar a realidade social com a finalidade de subsidiar de forma mais competente o poder público na formulação de políticas e no acompanhamento de seus programas sociais.

É recente o reconhecimento da importância da família na organização social e como unidade alvo das políticas públicas. Antes, as políticas públicas mais antigas tinham como alvo o indivíduo. Assim, na década de 90 surgem programas como o Bolsa-família e o Programa de Saúde da Família, entre outros.

A renda familiar passa a ser um indicador importante para a construção de políticas públicas sociais. De fato, a família é a unidade de decisão de ação das pessoas. Se por algum motivo o bem estar familiar é alterado, é possível realocar responsabilidades e recursos para que se mantenha o padrão anterior. Por exemplo, na segunda metade da década de 90, assistiu-se a entrada de várias pessoas antes inativas – idosos, jovens estudantes, donas de casa - para compor a renda da família devido ao desemprego e à sistemática redução do rendimento de trabalho. Varia também a forma de inserção do indivíduo no mercado de trabalho conforme se eleva a renda familiar.

A base de dados da PED pode colaborar muito ao traçar o perfil das famílias a partir de sua renda, pois é elevado o peso das rendas do trabalho na composição da renda familiar.

Os indicadores familiares gerados a partir da base de dados da PED são:

- Rendimento familiar médio, por quartis de renda familiar
- Distribuição por sexo da chefia da família segundo grupos de rendimento familiar
- Taxa de participação dos membros da família segundo grupos de rendimento familiar
- Taxa de desemprego total dos membros da família segundo grupos de rendimento familiar
- Rendimento familiar médio por sexo do chefe do domicílio
- Rendimento familiar per capita por sexo do chefe de domicílio
- Tamanho das famílias por sexo do chefe de domicílio
- Taxas de participação dos membros dos domicílios por quartil de rendimento domiciliar e distribuição por sexo da chefia de domicílios
- Distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal, por grupo de nível de rendimento
- Características do total das famílias e das famílias 25% mais pobres: Proporção de mulheres na chefia da família; Proporção de negros na chefia da família; Número médio de crianças em idade escolar (7 a 14 anos); Número médio de jovens com menos de 16 anos; Tempo médio de residência na RM do chefe de família; e Número médio de anos de estudo do chefe da família.

Para analisar os indicadores e as suas respectivas séries históricas, aqui descritas, ver o CD que vai anexado a este relatório ou site do DIEESE (www.dieese.org.br).